

ROBERTO WAGNER MARIZ QUEIROGA

Presidente do FONAC - Fórum Nacional de Secretários de Administração das Capitais

Secretário de Administração de João Pessoa/PB

O FONAC, através do seu Presidente Roberto Wagner, ao tempo que agradece a possibilidade de manifestar-se junto à FNP, na reunião do dia 19/07, quarta-feira, apresenta breve exposição dos maiores problemas que hoje assolam a administração municipal das capitais do nosso país.

I. Crise Financeira e seus impactos nas administrações municipais de capitais:

Em decorrência da crise financeira que o país atravessa desde o ano de 2014, e a conseqüente redução na arrecadação de recursos próprios e, principalmente, repasses federais – FPM, as administrações municipais vem sendo severamente castigadas em todos os setores, senão vejamos:

1. Redução na capacidade de investimentos;
2. Comprometimento dos programas e ações sociais em desenvolvimento;
3. Impossibilidade de concessão de reajustes salariais, em alguns casos até de cumprir com as progressões legais;
4. Comprometimento das despesas com previdência;
5. Dificuldade de acompanhar o piso nacional do magistério, ante aos reajustes aplicados pelo governo federal, repasse de FUNDEB insuficiente para fazer frente a tal reajuste. O reajuste do Piso do Magistério nos últimos 2 anos foi maior do que o valor/aluno, provocando uma pressão de reajuste do magistério sem o devido suporte financeiro para suportar. 2016: reajuste do Piso 11,36% - Reajuste do valor aluno: 7,64%

PROPOSTA: O reajuste do piso do Mag nunca deve ser maior do que o reajuste do valor aluno.

6. Revisão da alíquota de repasse do FPM dos municípios quando do aumento da Renda percapita/IDH do estado cresce.

PROPOSTA: Necessidade de um ajuste progressivo e não de uma única vez.

7. Financiamento da Saúde - Em 2008 o Governo Federal financiava 72% da saúde do município de Fortaleza. Atualmente financia menos de 45%.

PROPOSTA: Revisar os valores de financiamento da saúde pelo Governo Federal para os município.

8. Judicialização da Saúde - Uma quantidade enorme de decisões judiciais para obrigar o pagamento de procedimentos não regulamentados pelo SUS tem provocado uma sangria dos cofres municipais.

PROPOSTA: Legislação regulamentando isto de forma a impedir essa avalanche de ações.

9. Agentes de Saúde e de Endemias - Após a lei do piso (patrocinada pelo Governo Federal) desses profissionais, ficou um encargo para os municípios maior do que a capacidade de absorver. A participação do Governo Federal não cobre nem metade dos custos totais.

PROPOSTA: Elevar o valor por agente e adequar os quantitativos à realidade dos municípios.